



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.ª SL

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, no exterior do Palácio de S. Bento, no Hospital D. Estefânia, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*15:00 Audição do Coordenador e Chefes de Equipa dos Serviços de Urgência demissionários do Hospital D. Estefânia, requerida pelo BE e pelo PSD, para esclarecimento desta situação.*

*16:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE e pelo PSD, para esclarecimentos.*

---

15:00 Audição do Coordenador e Chefes de Equipa dos serviços de urgência demissionários do Hospital D. Estefânia, requerida pelo BE e pelo PSD, para esclarecimento desta situação

A Presidente do Conselho de Administração (CA) do Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC), Ana Escoval, recebeu, no Hospital D. Estefânia, o Presidente e os Deputados que integravam a delegação da Comissão de Saúde, dando a todos as boas vindas.

Iniciou-se de seguida a audição do coordenador e chefes de equipa dos serviços de urgência demissionários deste Hospital, tendo o Presidente da Comissão de Saúde dado conta dos requerimentos do BE e do PSD que solicitaram estas audições e apresentado os Deputados presentes.

O diretor da área da Saúde Materna, da Criança e do Adolescente, que tutela a urgência pediátrica, Gonçalo Cordeiro Ferreira, saudou a delegação da Comissão de Saúde e fez uma intervenção introdutória, abordando a história da instituição, enfatizando a falta de recursos humanos e materiais e de condições de trabalho que levaram à carta dos demissionários, pois existe evidência de que não há titulares suficientes para prestar os cuidados de saúde.

O coordenador dos serviços de urgência, Mário Coelho, fez uma apresentação em *power point*, começando por explicar que apenas alguns dos chefes de equipa dos serviços de urgência estão presentes, pois muitos estão de serviço e não podem participar. Na sua apresentação focou a questão das urgências pediátricas *versus* urgências de adultos no CHLC, enquadrando com um apontamento histórico a situação atual, falou da reforma do SUP e do compromisso de outubro de 2017 assumido com o CA, que continha uma calendarização, frisando que a situação vem de há muitos



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.ª SL

anos, dando conta da sua evolução até ao presente e do que levou à posição tomada pelas chefias.

Fizeram ainda intervenções os Chefes de Equipa: Ana Cristina Ferreira, que, complementando as informações já facultadas, referiu que os profissionais estão no fio da navalha, que a grande preocupação é poder cuidar bem dos doentes e têm medo de eventualmente incorrer no erro, porque os doentes deste hospital são muitos e, em regra, as situações são graves e complexas; Raul Silva, que disse existirem muitas situações de médicos que, atendendo à idade, já teriam direito a não fazer urgências, mas que, dada a escassez de meios humanos, as continuam a fazer para que as equipas possam funcionar, como é o seu caso; Marta Conde, que disse estar no SNS por convicção, que sempre existiram dificuldades e que os problemas se arrastam há anos, mas que se têm vindo a acentuar e a somar, tendo os pedidos de demissão surgido para proteger os doentes e os profissionais, que vivem o medo de não conseguir dar a resposta a que os doentes têm direito, pois de facto o D. Estefânia é um hospital de fim de linha, que recebe todas as situações graves de Lisboa e Vale do Tejo; e Catarina Gouveia, que reiterou que as dificuldades resultantes da falta de recursos se sentem no trabalho de todos os dias.

Fizeram intervenções os Deputados: Moisés Ferreira, que explicou as razões que justificaram a apresentação do requerimento do BE a solicitar estas audições, pedindo mais informações sobre a quebra do compromisso que havia sido estabelecido com o CA, sobre como é sentida, na prática, a dupla tutela (saúde e finanças) de que falaram e perguntando qual será a solução para estas dificuldades; Ricardo Baptista Leite, subscritor do requerimento do PSD a solicitar também as presentes audições, que referiu não ter havido planeamento relativamente à transição das 40 para as 35h de trabalho, neste hospital e em todo o país, perguntando qual a solução que pode ser proposta à tutela, face à realidade que foi descrita, e querendo saber em que medida têm sido envolvidos no planeamento do Hospital de Todos os Santos; Luís Soares, que disse ter ficado sensibilizado com a defesa do SNS que foi feita pelos profissionais, perguntando qual foi a evolução da procura nos últimos anos, quais as razões que não permitem fixar os profissionais a este hospital, se os doentes se podem sentir seguros neste hospital e pedindo também mais detalhes sobre o compromisso, questionando sobre se este foi assumido pelo CA; Carla Cruz, que agradeceu o empenho e dedicação dos profissionais, dizendo que o cenário traçado é



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.ª SL

preocupante, mas que apesar de tudo é neste hospital que se obtém a melhor resposta pediátrica, questionando sobre a formação de especialistas em pediatria, sobre o compromisso estabelecido com o CA e a vinculação deste, sobre as razões que levam a que os recursos humanos sejam insuficientes, sobre o que será necessário fazer para ultrapassar esta situação difícil e sobre qual a perspectiva que têm quanto ao Hospital de Todos os Santos, no que respeita à diferenciação, que o PCP defende, entre hospitais de adultos e de crianças.

Gonçalo Cordeiro Ferreira respondeu às questões colocadas, falando, designadamente, do impacto que tem nas urgências a falta de médicos de família para as crianças de Lisboa, frisando que a capacidade de atração de um hospital não depende só do que se paga, ou das condições, mas é essencialmente pelo desafio e experiência que proporciona, dizendo que fazem falta mais pessoas, mas também que têm de existir mecanismos mais eficientes de distribuição dos doentes e mais literacia em saúde. Considera que não é preciso formar mais internos, é preciso é usar outras formas de distribuição dos profissionais e abrir logo os concursos para o internato, com garantia de os fixar. Esclareceu que não foram ouvidos quanto ao plano para o Hospital de Todos os Santos.

Mário Coelho acrescentou que há mais de 100 anos que as crianças foram retiradas dos hospitais dos adultos e que continua a defender o mesmo. Os hospitais pediátricos, em todo o mundo, são objeto de doações da sociedade civil, e o mesmo acontece com este.

O Deputado João Marques perguntou ainda o que que pensam que o Parlamento poderá fazer para ajudar.

Gonçalo Cordeiro Ferreira respondeu que considera que não é decisiva a abertura de mais vagas, importante seria direcioná-las para os locais onde os profissionais fazem falta e fixá-los desde o internato.

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu a presença de todos, bem como os esclarecimentos e informações prestadas.

16:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, requerida pelo BE e pelo PSD, para esclarecimentos

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu a disponibilidade do CA do CHLC para esta audição, dando a palavra à Presidente, Ana Escoval, que se fazia



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.ª SL

acompanhar pelos outros membros do Conselho, Luís Manuel de Almeida Nunes, Diretor Clínico, Armandina do Carmo Antunes, Enfermeira Diretora, e Francisco António Matoso e António Manuel Nunes, vogais executivos.

Ana Escoval distribuiu um [documento](#) sobre a atividade do CHLC e referiu que os profissionais deste hospital têm mostrado grande dedicação e resiliência. Recordou a aspiração de há muito de mudança para um novo hospital, mais moderno e com melhores condições, o que levará a que haja eficiências. Abordou as questões da necessidade de rejuvenescer quadros, de novos equipamentos, de formação, lembrando que o mercado privado, as PPP's, podem contratar em melhores condições. Falou da necessidade de reforçar as equipas nas urgências e das contratações já feitas nesse sentido, havendo dificuldade em conciliar tudo com os concursos. Pensa que isto só se resolve com uma maior autonomia dos hospitais e abordou ainda o processo e tramitação do processo relativo ao Hospital de Todos os Santos. As informações sobre o Hospital de Todos os Santos foram complementadas pelo Diretor Clínico.

Seguiram-se as intervenções dos seguintes Deputados:

Ricardo Baptista Leite, que referiu que seria expectável que o CA fosse envolvido no processo do Hospital de Todos os Santos. Falou da falta de planeamento na transição para as 35h, da falta de profissionais nas equipas de urgência, considerando a situação preocupante, pois podem ser encerradas unidades, lamentando que a lei que aprovou a elaboração do inventário dos profissionais de saúde não tenha sido ainda executada. Pensa que há um risco eminente de que não estejam preenchidas as condições mínimas de segurança, perguntando o que pode o Parlamento fazer.

Moisés Ferreira, que recordou as razões que levaram à apresentação do requerimento, colocando questões sobre como vêm a autonomia para os hospitais para o recrutamento de recursos humanos, que avaliação fazem deste modelo de concursos nacional, quantos enfermeiros saíram, e se foram repostos, e que relação tem o CA com a tutela.

Luís Soares, que frisou que o processo de degradação das condições de trabalho vem de há anos, como foi dito, mas todos os profissionais são unânimes em dizer que os doentes podem confiar no hospital, sendo as reclamações residuais. Quanto ao futuro, perguntou se a autonomia de que se fala é da instituição ou do centro hospitalar, se o



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.º SL

SNS é atrativo para a captação de profissionais, pois existe pressão por parte do setor privada, e o que se pode fazer para ultrapassar as dificuldades.

Carla Cruz, que enfatizou que, num momento em que o ataque ao SNS é tão violento, é importante falar da qualidade e esforço dos profissionais. Houve anos de desinvestimento, acentuado entre 2011 e 2015, e o que está a ser feito não é suficiente. O quadro de pessoal está envelhecido e existem vários fatores que não concorrem para que os profissionais se fixem. Colocou questões sobre o que vai ser feito nas urgências, e sobre a falta de recursos em geral, sobre o modelo de concursos nacional, perguntando que possibilidades o CA apresentou à tutela.

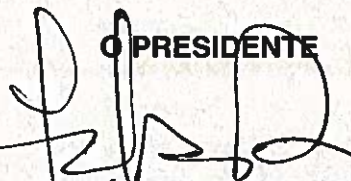
Luís Manuel de Almeida Nunes, Diretor Clínico, deu conta de que é contra o atual modelo de concurso, pois não o considera adequado. É preciso que as contratações tenham estabilidade, acrescentando que não se podem aceitar as demissões destas chefias, pois todos são indispensáveis e de alta qualidade. Continuarão a fazer esforço, junto da tutela, no sentido de que possam ser resolvidos estes problemas.

Armandina do Carmo Antunes, Enfermeira Diretora, deu mais algumas informações sobre as dificuldades com a falta de enfermeiros, Francisco António Matoso, vogal executivo, falou da contratação de pessoal, António Manuel Nunes, também vogal executivo, deu o seu testemunho sobre estas questões da falta de recursos humanos e contratações e Ana Escoval, Presidente do CA, manifestou a sua satisfação com a presença da Comissão de Saúde no hospital e pela oportunidade que foi dada ao CA para responder a estas questões.

O Presidente da Comissão de Saúde agradeceu a presença de todos, bem como as informações e esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 janeiro 2019.

  
O PRESIDENTE  
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 148/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz  
João Marques  
José de Matos Rosa  
Luís Soares  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Jamilia Madeira  
Joana Lima